

## O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SUA ESPACIALIZAÇÃO NO BRASIL E ASPECTOS DO ESTADO DE S.PAULO

Odeibler S. Guidugli.

### INTRODUÇÃO

Os nascimentos e as taxas de natalidade; as mortes e as taxas de mortalidade e, as migrações e as taxas de migrações, compõem os três processos fundamentais que produzem mudanças nas características das populações. Estes processos demográficos são as variáveis-chave da dinâmica populacional uma vez que seus comportamentos, de um momento para o outro, de uma população para outra e de uma região para outra variam profundamente. É a dinâmica destas variáveis básicas: nascimento, morte e migração que responde pela explicação de aspectos relevantes como o crescimento, o tamanho, a distribuição espacial e a densidade populacional.

Tradicionalmente os estudos envolvendo a explicação da dinâmica demográfica têm sido centrados, em diferentes momentos, nas análises dos comportamentos da fecundidade, da mortalidade e, em menor escala, das migrações. Estas variáveis todas são vistas como variáveis independentes na perspectiva de serem utilizadas nas explicações de eventos e outras variáveis, demográficas ou não. Entretanto, os resultados revelados pelos seus estudos específicos inclusive os de suas intrarrelações e aqueles envolvendo suas interrelações com outras variáveis, inclusive não demográficas, têm evidenciado que variáveis delas derivadas são, igualmente, importantes e indispensáveis para a compreensão da dinâmica populacional. Como exemplos podemos considerar a nupcialidade, a população economicamente ativa, a família, e a população idosa esta, em termos da velocidade de seu crescimento. As duas primeiras citadas têm, tradicionalmente, feito parte dos estudos explanatórios da dinâmica da população. Na atualidade, por exemplo, a demografia da família vem também crescendo de importância na busca de uma explanação mais coletiva e integrada dos fenômenos demográficos. Contudo, a última delas envolvendo, simultaneamente, o volume de idosos e o processo de envelhecimento, revela-se como uma inovação temática recente. Apesar de seu caráter atual tem crescido de importância tanto absoluta quanto relativa, em diferentes escalas espaciais, da internacional à local, nos países desenvolvidos e nos em desenvolvimento mas cujos estudos são ainda incompletos ou de abordagens insuficientes.

No Brasil, a avaliação da literatura corrente, envolvendo o estudo do processo de envelhecimento e dos idosos enquanto grupo etário, revela uma grande insuficiência quantitativa e, por decorrência, também qualitativa. Muitas dimensões tanto do envelhecimento quanto dos idosos têm sido pouco consideradas. Analisando-se, por exemplo, a literatura gerada no âmbito da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), apenas nesta década, em termos de artigos de revista ou textos dos anais decorrentes dos Encontros de Nacionais de População, constatamos que, no primeiro caso, para um total de 75 artigos publicados entre 1990 e 1996, apenas um o de Bercovich (1993), trata das questões regionais do envelhecimento populacional no Brasil. No caso das contribuições constantes dos Anais, publicação esta de natureza mais flexível embora mais descontínua que a revista, constata-se que entre os Encontros Nacionais de 1990, 1992, 1994 e 1996, respectivamente, 4, 3, 3 e 4 contribuições foram identificadas nesta temática. Face ao caráter multifacetado da população idosa e das implicações práticas do processo de envelhecimento pode-se afirmar que se estuda muito pouco este segmento da população quer considerando o país como um todo ou os estados, as regiões e os municípios.

Esta constatação decorre de um conjunto de fatores ou situações. O primeiro e mais abrangente está no fato de que o processo de envelhecimento com o volume e com a velocidade hoje conhecido, é bastante recente. Esta característica gera uma falta de alternativas de abordagens, inclusive interdisciplinares para tratar da questão, Há ainda questões não adequadamente resolvidas como aquelas conceituais como, por exemplo: o que é um idoso ou o que entender por idoso no Brasil em contrapartida ao idoso na França? Certamente que apenas características físicas não são suficientes podendo mesmo ser consideradas incompletas. Estas questões demandam outras considerações envolvendo diferentes dimensões e, dentre elas, as sócio-culturais uma vez que ser idoso não é apenas ter ultrapassado um limiar rígido de idade. Esta é uma conceituação insuficiente embora freqüentemente utilizada nos ambientes acadêmico e de governos.

Um segundo fator está relacionado à inadequação ou ausência de dados agregados que contemplem, de maneira mais adequada, um conjunto de variáveis indispensáveis para o estudo dos idosos e do envelhecimento. Nos países em desenvolvimento como o Brasil as informações disponíveis sobre a população são, geralmente, insuficientes e, particularmente para os idosos, mais ainda. Os dados estatísticos, necessários à estes estudos representam, no Brasil, uma questão complexa para o desenvolvimento das análises necessárias. Eles envolvem um período no qual nem sempre informes foram coletados homogeneamente ou identificados com as realidades existentes. O envelhecimento que ora começa a exibir seus traços marcantes no país de 1995 ou de 1998, representa a projeção de situações verificadas cinco ou mais décadas atrás quanto às dinâmicas da fecundidade e da

mortalidade além daquela mais complexa envolvendo os processos migratórios. São elas que forneceram, para a atualidade, os determinadores do tamanho e da estrutura populacional alteradas por várias inovações. Nesta questão impõem-se assim, no país, enfrentar dois desafios: aquele da capacidade aperfeiçoamento das informações existentes bem como o da geração de novas categorias de informações que possibilitem uma compreensão mais adequada do processo de envelhecimento. Simultaneamente é indispensável uma melhoria em nossa capacidade de exercitar análises com base nos dados disponíveis, inclusive aqueles não oficiais.

Um terceiro fator relaciona-se a prevalência, justificável pela sua histórica importância, dos estudos da fecundidade, da mortalidade e da migração sem que, muitas vezes, estas variáveis sejam inseridas, adequadamente nos estudos do processo do envelhecimento. As taxas de fecundidade e de mortalidade estão intrinsecamente relacionadas às mudanças imediatas no crescimento populacional mas, há também que se considerar que os comportamentos destas taxas vinculam-se, dentre outros aspectos e de maneira mediata, das estruturas populacionais quanto à composição por idade de uma dada população. Para evidenciar esta relação é suficiente que se considere que as variações das taxas de fecundidade e de mortalidade não ocorrem, de maneira uniforme, em todas as diferentes idades. Além destas variáveis, a dinâmica migratória e suas taxas, também respondem, de maneira diferenciada, por alterações demográficas que conduzem ou aceleram o envelhecimento populacional. Assim, a atual estrutura etária da população deve ser vista como um produto de taxas de fecundidade/natalidade, mortalidade e de migração, ocorridas no passado recente as quais são importantes para determinar a atual distribuição etária.

Por outro lado os comportamentos da atualidade são igualmente relevantes pelas conseqüências imediatas que geram e pelos seus papéis determinadores da estrutura etária da população em um futuro próximo. Consequentemente, taxas caracterizadoras de um passado remoto ficam diluídas no conjunto. Para Horiuchi & Preston (1988), a estrutura etária proporcional em um dado momento pode ser expressa como função de taxas demográficas correntes, especificamente as taxas de natalidade, taxa específica de mortalidade por idade, taxas específicas de migração líquida e taxas específicas de crescimento por idade.

Desta forma, a consideração das estruturas populacionais na perspectiva do processo do envelhecimento e do número de idosos assume particularidades neste conjunto de análise.

- 
- O crescimento tanto absoluto quanto proporcional das populações idosas em diferentes países ou regiões representa, por si mesmo, um indicador de inúmeras outras mudanças como redução das taxas de fecundidade; redução da mortalidade infantil, e das mães; redução da mortalidade geral; diminuições de enfermidades infecciosas e parasitárias; melhorias na educação, na nutrição, nas oportunidades de trabalho e em outros aspectos visíveis nos perfis sócio-demográficos de diferentes sociedades.

O que é relevante reconhecer é que o envelhecimento tem hoje uma escala global. O aumento das populações idosas geram, ao mesmo tempo, ampliação tanto quantitativa quanto qualitativa das demandas destes segmentos que requerem, por decorrência, mudanças nas políticas públicas nacionais e, especialmente, nas municipais; nas decisões do setor privado em geral e naquelas da própria sociedade quanto às novas formas de encarar uma inovação jamais conhecida antes na história humana. Aspectos como custos da seguridade social, provisão para atendimento às demandas de saúde (como por exemplo as internações hospitalares), serviço social e de apoio, qualidade de vida, moradia para idosos, etc., são dimensões relevantes para os próximos anos em todos os países em processo de envelhecimento demográfico. Contudo, é importante destacar que estas demandas podem ocorrer num contexto de países ou regiões desenvolvidas ou, naquelas em desenvolvimento resultando daí diferentes conjunturas, não apenas para os idosos mas, para governos e toda a sociedade.

A rápida expansão no número de idosos representa assim um fenômeno social e biológico sem precedente histórico que está fazendo com que, cada vez mais, passemos a viver num mundo em processo de significativo envelhecimento populacional. Demograficamente este é, paradoxalmente, um dos principais sucessos deste século quando a população pode se dar ao luxo de envelhecer. Mas, também, é um dos seus principais problemas. Além disto é importante reconhecer que enquanto, num passado não muito distante, as transições nos comportamentos da mortalidade e da fecundidade demandaram muito tempo para ocorrer entre países desenvolvidos ou em desenvolvimento e mesmo dentro do mesmo país, na atualidade o processo do envelhecimento está ocorrendo, simultaneamente, tanto nos primeiros quanto nos segundos, com igualdade de impactos e de significância prática.

## Brasil e o processo de envelhecimento populacional.

Segundo informes das Nações Unidas a cada mês o balanço do comportamento mundial da população com 60 anos e mais exibe um acréscimo superior a 1 milhão de habitantes sendo que, deste total, 70% ocorre em países em desenvolvimento. Em 1991 o Brasil, com 10.722.000 de pessoas com 60 anos e mais de idade ocupava o 11º lugar no mundo todo entre os países com maior volume de população nesta faixa etária. Era também o primeiro dentre todos os países da América Latina e o segundo de toda a América depois dos Estados Unidos. Esta população idosa que representava, em 1991, 7.3% do total populacional passou, segundo os resultados da **Contagem Populacional** de 1996, para 12.399.000 habitantes, alterando assim, sua participação para 7.9% do total. Projeções efetuadas indicam que no ano 2010, será atingido o percentual de 12.1%. Também, segundo as projeções feitas, esta tendência será ainda crescentemente significativa até o ano de 2020. Nestas circunstâncias o Brasil será também, um dos 10 países que dobrará sua população de idosos neste período atingindo então, valores superiores a 20 milhões de habitantes nesta faixa etária.

Com este processo, o Brasil, quanto ao percentual da população idosa ocupava o 56º lugar em 1996 e, passará para o 50º em 2025. Estará, então, situado no 28º lugar quanto aumento relativo entre 1996/2025 mas, ocupará o 6º lugar quanto ao volume de seus idosos. Este é um fato de grande relevância internacional mas, principalmente, nacional.

Pela sua extensão, diversidade física, social e econômica o Brasil é o país de muitas diversidades. Uma delas está na demográfica exibida pelos diferenciais das taxas de mortalidade e de fecundidade, pelos processos migratórios e, particularmente, por um importante produto que é a espacialização de sua população. Em especial, a população idosa mostra, de forma inequívoca, este processos e sugere questões. Quais as variáveis explicadoras da atual espacialização da população brasileira e quais são aquelas que explicam o caráter diferencial da espacialização do envelhecimento? A tabela 1 mostra não apenas as variações temporais dos totais da população com 60 anos e mais mas, especialmente as mudanças na redistribuição espacial da mesma considerando-se o estado de S. Paulo como referencial de comparação.

TABELA-1. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E COM 60 ANOS E MAIS, DO BRASIL E DO ESTADO DE S.PAULO ENTRE 1960.

Unidade	1960	1970	1980	1991	1996
Brasil- Tot.	70 070 457	93 139 037	118 002 706	146 825 475	157 079 573
S. Paulo- Tot.	12 809 230	17 096 420	25 040 710	31 588 925	34 120 886
Brasil-60e+	3 330 996	4 763 570	7 216 017	9 849 826	12 398 680
S.Paulo-60e+	665 485	1 029 605	1 578 554	2 431 080	2 213 206

Fonte- Censos Demográficos, IBGE e Contagem da População- 1996

Estes comportamentos projetados para um país que vem reduzindo seu crescimento populacional total representa fonte de preocupações para os especialistas visando compreender as questões que melhor definam o futuro e as tendências desta população mas, especialmente, para os governos e setores privados que necessitam considerar as necessidades atuais e futuras dos idosos, particularmente quanto às diferentes formas de viabilizar o atendimento das novas necessidades. O Brasil ingressou, decisivamente, no processo de envelhecimento e, por isto, esta característica torna-se relevante para estudos globais, setoriais ou espaciais que devam ser efetuados. Este último aspecto, geralmente marginalizado tem, contudo, importância fundamental especialmente quando se consideram as diferentes escalas espaciais nas quais este processo pode ocorrer e, nas diferentes conseqüências decorrentes, segundo estas mesmas escalas diferenciais.

A análise e a explanação dos padrões de distribuição espacial de uma dada população representam questão relevante a ser avaliada pelos estudiosos da dinâmica demográfica sejam eles demógrafos, geógrafos, ecólogos, economistas regionais, etc. Dentre estes especialistas os demógrafos têm dado pouca atenção às variações espaciais da população e de seus atributos, embora a literatura mostre um rico material descritivo com relação aos diferentes valores de características demográficas em diferentes áreas. Entretanto, esta abordagem não é suficiente e nem pode ser considerada essencialmente espacial. Os geógrafos, cuja preocupação fundamental está na explanação das organizações espaciais e dos processos a elas correlatos têm, também, oferecido pequena contribuição quanto a consideração do papel dos diferentes atributos populacionais, na perspectiva espacial. O caso dos idosos, objeto do presente trabalho, é um exemplo desta insuficiência.

Face às observações mencionadas deve-se considerar que para vários propósitos apenas as informações sobre o total da população e de suas características não são suficientes. Os dados demográficos, tendo em vista objetivos práticos, necessitam ser considerado em diferentes perspectivas inclusive na espacial ( geográfica). Contudo, nesta perspectiva de estudo deve-se considerar que,

quanto aos dados, há ainda forte vinculação entre eles e as unidades político-administrativas. Entretanto, é necessário registrar que estas unidades não foram, no caso brasileiro, criadas por institutos produtores de estatísticas demográficas como o IBGE ou, no caso particular do estado de S. Paulo, a Fundação SEADE mas têm decorrido de deliberações políticas que geraram novos distritos e novos municípios e mesmo, novas unidades da federação. Desta situação tem decorrido, não raras vezes, que administrações locais considerem que o processo de desenvolvimento envolve apenas o espaço urbano e não a totalidade do município.

Particularmente no caso da população idosa a importância da consideração da dimensão espacial para a análise populacional, vincula-se ao fato de que a distribuição assume importante significado pelo fato de que o número de pessoas e seus atributos, em diferentes lugares e em diferentes momentos, são relevantes para diferentes propósitos como negócios, planejamento territorial, questões sociais e políticas, etc. No caso dos idosos a questão particular de suas taxas de crescimento, de espacialização e as medidas dela em termos de concentração-dispersão, mudanças distribucionais através do tempo, medidas de acessibilidade e de associações espaciais, tornam-se relevantes quando consideramos que o processo de envelhecimento populacional e, o do aumento do número de idosos está associado não apenas às suas quantidades mas também à aspectos qualitativos. Os idosos não importam apenas pelo seu volume mas, particularmente, pelos seus níveis de integração com os espaços que ocupam e neles, pela adequação/desadequação de suas vidas.

No Brasil, o processo de envelhecimento envolvendo diferentes totais bem como as distribuições espaciais dos idosos apresenta significativas diferenciações. Para a análise destas diferenciações é importante destacar que o processo de envelhecimento demográfico que estamos observando decorre de alterações significativas dos comportamentos da natalidade e da mortalidade, especialmente da primeira que entre 1980 e 1996 apresentou uma redução da ordem de 32/000 para 20/000, enquanto a mortalidade, já revelara declínio e mesmo estabilizando-se em níveis mais baixos no início do período apresentando, por isto, mudanças menos significativas. Como resultado a taxa de crescimento médio anual que era da ordem de 3.1 entre 1950-1960 passou para 1.9 entre 1980-91. Contrastando com este declínio as taxas específicas de crescimento dos segmentos com 60-69 anos e 70 e mais, revelaram resultados muito diferenciados. No primeiro caso, entre 1950-1960 a taxa média para a população com 60-69 anos ficou em 4.20 e a daqueles com 70 anos e mais em 4.25 sendo que, no período de 1980-91, estes valores embora tenham declinado para 2.40 e 3.72 eram significativamente elevados face aqueles referentes às taxas de crescimento da população total. Destaque-se que, na atualidade e em escala internacional, taxas de crescimento demográfico com valores em torno de 2.0% são consideradas elevadas. Segundo dados elaborados pelo U.S Census Bureau (1996), o Brasil que tinha um total de 11.636.000 de idosos com 60 anos e mais naquele ano totalizará 30.732.000 em 2025, o que o colocará em posição inferior apenas a China, Índia, Indonésia, Japão, Rússia, e Estados Unidos.

Estas taxas diferenciais permitem inferir, que mantidos os valores do período mais recente, o país como um todo, demoraria 37 anos para dobrar seu tamanho populacional enquanto os idosos, com 60-69 anos, levarão apenas 21 anos e aqueles com mais de 70 anos, somente 18.8. Na prática isto indica a possível existência de um total de 12.800.000 pessoas com 60-69 anos no ano 2020 e de 8.600.000 com 70 anos e mais no ano 2018. Agregando-se os dois valores para o ano 2020 teremos um total de 22.700.000 pessoas com 60 anos e mais. Estes totais alterarão significativamente os níveis de participação dos idosos no total da população do país com todas as consequências decorrentes. Passaremos então, de 7.2% em 1996 para 15.5% em 2025. A figura 1 mostra, para o período 1900-2020, a evolução dos totais da população do país bem como aqueles específicos da população com 60 anos e mais..

Analisando-se a representação verifica-se uma nítida tendência de continuidade do declínio, no crescimento da população total em contraste com aquela da população idosa que é crescente.

Os valores graficados devem ser entendidos como pontos de partida para a análise do crescimento da população idosa segundo localizações estaduais ou regionais bem como em termos de áreas rurais ou urbanas. Neste último caso as diferenciações em nível nacional são bastante acentuadas. Entretanto, a decomposição destes valores nos níveis regionais ou estaduais mostra, significativas diferenciações entre regiões e estados e nestes, entre seus municípios. São estas diferenças que resultam em iguais diferenciações no processo de envelhecimento em diferentes áreas do país. Como resultado temos não só diferentes estoques de populações idosas, aqui consideradas como aquelas com 60 anos e mais, em diferentes unidades da federação como também diferentes formas de aumento das mesmas em cada uma delas. Isto significa que a espacialização, da população idosa, **em escala nacional, oferece e ainda** oferecerá no futuro diferentes perfis resultantes dos diferenciais de mortalidade, natalidade e migração, em cada unidade da federação e, em cada município.

Quanto ao último aspecto envolvendo a dinâmica migratória e suas relações com as taxas de envelhecimento deve-se considerar que os efeitos da migração na estrutura etária são potencialmente mais variado que aqueles decorrentes da fecundidade e da mortalidade. As migrações afetam as

localidades de origem e de destino, pequenas ou grandes cidades e áreas rurais ou urbanas. É deste caráter diferencial que temos, no país uma significativa diferenciação marcada pela predominância masculina nas áreas rurais e feminina nas urbanas como produto da migração das mulheres rurais para a cidade na busca de melhores condições para os filhos.

Os objetivos deste estudo estão centrados em dois eixos fundamentais: o primeiro envolvendo a análise da dinâmica do crescimento e dos níveis de concentração da população idosa no Brasil considerando como relevante a situação no estado de S.Paulo. Um segundo, ainda em desenvolvimento, contempla aspectos qualitativos, envolvendo as condições sob as quais diferencialmente se vive como idoso no país e no estado de S. Paulo, num contexto de diferenciações .

Considerando-se a importância da espacialização da população idosa busca-se mostrar, na tabela 2 e em nível nacional, as alterações nas posições apresentadas pelas unidades da federação quanto ao total da população com 60 anos e mais bem como quanto a participação desta mesma população no total populacional de cada uma.

Tabela 2- Posição ocupada pelas unidades da Federação segundo o total da população com 60 anos e mais bem como a taxa de participação relativa no total populacional em 1950, 1970 e 1991.

Posição	Total de popul. com 60 anos e mais			% da pop. com 60 anos e + no total		
	1950	1970	1991	1950	1970	1991
1º	SP	SP	SP	<b>SE (5.4)</b>	<b>RJ* (6.3)</b>	<b>RJ (9.2)</b>
2º	MG	RJ*	MG	<b>RJ* (5.2)</b>	<b>RGN (5.9)</b>	<b>PB (9.0)</b>
3º	RJ*	MG	RJ	<b>RGN (4.9)</b>	<b>PB (5.9)</b>	<b>RGS (8.9)</b>
4º	BA	RGS	BA	<b>BA (4.7)</b>	<b>SP (5.8)</b>	<b>RGN (8.2)</b>
5º	RGS	BA	RGS	<b>AL (4.6)</b>	<b>SE (5.8)</b>	<b>PE (7.8)</b>
6º	PE	PE	PR	<b>PB (4.5)</b>	<b>RGS (5.8)</b>	<b>SP (7.7)</b>
7º	CE	PR	PE	<b>RGS (4.5)</b>	<b>CE (5.2)</b>	<b>CE (7.7)</b>
8º	PB	CE	CE	<b>SP (4.4)</b>	<b>PE (5.2)</b>	<b>MG (7.5)</b>
9º	PR	PB	SC	<b>CE (4.3)</b>	<b>BA (5.0)</b>	<b>BA (6.9)</b>
10º	MA	SC	MA	<b>PE (4.3)</b>	<b>AL (4.9)</b>	<b>PR (6.8)</b>
11º	SC	MA	PB	<b>MA (4.1)</b>	<b>MG (4.8)</b>	<b>SE (6.8)</b>
12º	AL	GO	GO*	<b>PA (3.9)</b>	<b>ES (4.5)</b>	<b>SC (6.7)</b>
13º	RGN	RGN	PA	<b>AC (3.9)</b>	<b>SC (4.5)</b>	<b>ES (6.7)</b>
14º	PA	PA	RGN	<b>MG (3.8)</b>	<b>PI (4.4)</b>	<b>PI (6.6)</b>
15º	PI	AL	MT*	<b>PI (3.6)</b>	<b>PA (4.2)</b>	<b>AL (6.4)</b>
16º	GO	PI	ES	<b>MT (3.5)</b>	<b>MA (3.9)</b>	<b>MA (6.0)</b>
17º	SE	ES	PI	<b>SC (3.5)</b>	<b>PR (3.7)</b>	<b>GO* (5.7)</b>
18º	ES	MT	AL	<b>PR (3.4)</b>	<b>MT (3.5)</b>	<b>MT* (5.1)</b>
19º	MT	SE	SE	<b>ES (3.3)</b>	<b>GO (3.5)</b>	<b>PA (4.9)</b>
20º	AM	AM	AM	<b>AM (3.2)</b>	<b>AM (3.3)</b>	<b>AC (4.8)</b>
21º	AC	DF	DF	<b>GO (3.0)</b>	<b>AP (3.1)</b>	<b>AM (4.2)</b>
22º	RO	AC	RO	<b>RO (2.8)</b>	<b>RM (2.9)</b>	<b>DF (4.0)</b>
23º	AP	AP	AC	<b>AP (2.7)</b>	<b>AC (2.9)</b>	<b>AP (3.9)</b>
24º	RM	RO	AP	<b>RM (2.1)</b>	<b>RO (2.5)</b>	<b>RO (3.8)</b>
25º	---	RM	RM	--	<b>DF (2.2)</b>	<b>RM (3.3)</b>

Fonte- Censos Demográficos - IBGE. 1950, 1970 e 1991.

- Para efeitos de comparabilidade as unidades da federação: Mato Grosso do Sul, Guanabara, antigo Dist. Federal e Tocantins, foram agregadas em diferentes censos.

Os valores registrados na tabela evidenciam, para o primeiro aspecto: hierarquização das unidades da federação quanto aos totais de idosos, uma significativa separação entre os estados mais populosos localizados, predominantemente, no sul e no sudeste face aqueles com menor volume populacional localizados, principalmente, nas regiões nordeste, norte e centro-oeste. O estado de S.Paulo assume a liderança nacional quanto ao volume de população idosa em seu território. Para o segundo aspecto, participação da população idosa no conjunto de cada unidade da federação, temos possibilidades de identificar as diferentes formas pelas quais os comportamentos de natalidade, mortalidade e de migrações atuaram em cada uma. Dos valores registrados neste aspecto, deve-se destacar que nenhuma unidade manteve a mesma posição nos três momentos de avaliação. Algumas revelaram uma

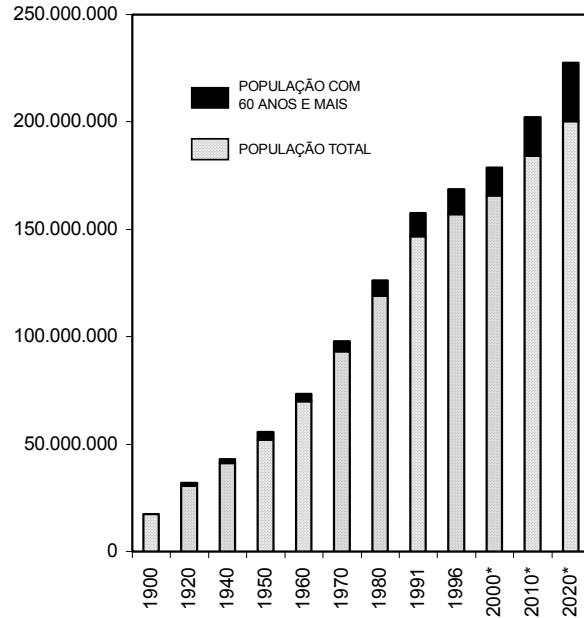
certa proximidade como são os casos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte enquanto outras apresentam tendências declinantes como os estados do Pará e Alagoas. Outras ascendentes como S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina.

No conjunto percebe-se a intensificação do processo de envelhecimento no Nordeste do país. Nesta região é significativo considerar que, embora em níveis diferenciados, apresenta ela declínios tanto da fecundidade quanto da mortalidade e, em acréscimo é a região do país mais afetada pelos processos migratórios marcados pela perda de sua população. No Nordeste, merecem destaques os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte que apresentam, simultaneamente, aumento da taxa de participação da população idosa e redução na posição quanto aos totais dos idosos o que indica uma vinculação aos processos migratórios de saída. Esta é uma situação diversa da outra modalidade de envelhecimento que está ocorrendo no sudeste e sul, mais relacionada às reduções da natalidade e da mortalidade nas quais estados apresentam melhoria na posição nacional quanto ao total de idosos e quanto a taxa de participação como são os exemplos do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Ambos as identificações são indicadores das mudanças no mapa da distribuição espacial dos idosos no país. Os valores evidenciam uma tendência para, num contexto geral, o envelhecimento associado à concentração espacial dos idosos. Assim mais uma vez, esta forma de transição, a da idade, está refletida, simultaneamente, na dimensão territorial do país e nos diferenciais de desenvolvimento sócio-econômico que apresenta. Isto por sua vez se reflete nos comportamentos da natalidade e da mortalidade

Outro aspecto relevante exibido na figura 2, a ser considerado para todo país é que, na atualidade a questão do envelhecimento já não está apenas no crescimento da população com 60 anos e mais mas, também, na consideração daqueles que passam a ter 70 ou 80 e mais anos e que exibem comportamentos diferenciais quanto às suas taxas de crescimento. Em 1995 o total da população com 70 e mais anos no conjunto daquelas com 60 e mais foi de 42.5% sendo que em 1950 era de apenas 29.5%. Estes percentuais exibem uma dinâmica particular que se verifica dentro da população considerada idosa e que necessita ser analisada em detalhe. A figura exhibe de forma destacada o significado da população com 70 anos e mais tanto para S. Paulo quanto para o conjunto do país.

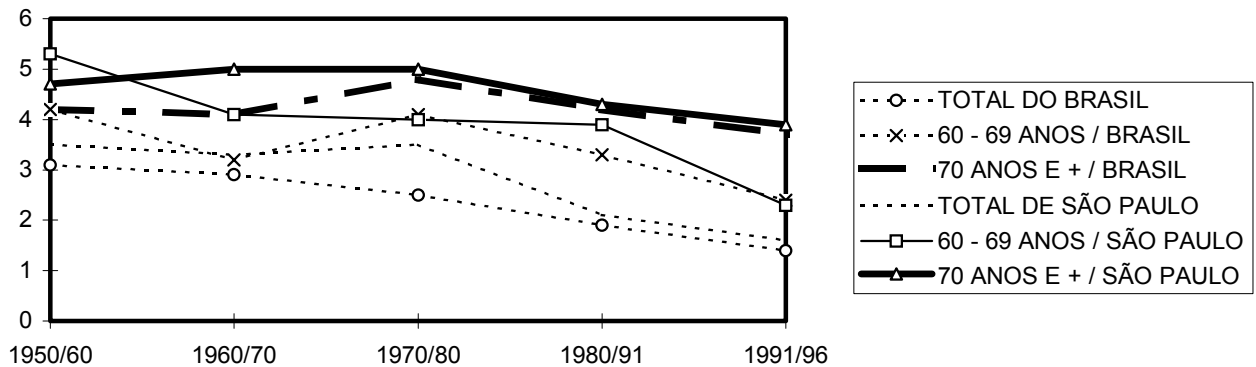


Fig1. - Participação da população com 60 anos e mais na população total:  
1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991



Fonte : Censos Demográficos - IBGE e Projeção Popacionais - IBGE\*

**FIG. 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL E DO ESTADO DE SÃO PAULO : TOTAL, 60 - 69 ANOS E 70 ANOS E MAIS (1950 - 1996)**



Fonte : Censos Demográficos e Contagem da População (1996)  
org. Pelo Autor

Associadamente à estes comportamentos diferenciados, torna-se importante o aumento do volume de pessoas idosas que vivem sós em virtude de falecimento do cônjuge, do fato de terem reduzido número de filhos ou do distanciamento que têm de seus filhos. Em acréscimo, como conseqüência do fato de que mulher é geralmente, ao casar, mais jovem que seu marido associada com a característica das mulheres apresentarem, em razão de sobrevivência mais elevada que a masculina da ordem de 9 anos, temos significativa preponderância da população feminina, especialmente nas idades mais avançadas o





A mensuração das razões de sexo (ou razão de masculinidade), é instrumento útil para mostrar este processo de envelhecimento dissimétrico da população. Dá análise feita constatou-se o declínio desta medida, mais acentuadamente entre os idosos, o que comprova a observação efetuada.. Considere-se que, para o país e para o estado de S. Paulo as mudanças tornaram-se mais acentuadas à partir da década de 80 quando o processo de envelhecimento começou a exibir seus sinais de existência de maneira mais explícita. Com relação às particularidades da razão de masculinidade da população com 60 anos e mais constata-se o caráter crescentemente dominantemente da população feminina entre os idosos exibindo um perfil mais acentuado no estado de S. Paulo. Nele, o caráter mais pronunciado das reduções dos comportamentos da natalidade e da mortalidade bem como a importância dos processos migratórios explicam a primazia do envelhecimento que aqui ocorre.

É relevante também destacar que, a partir dos anos 70 a razão de masculinidade para as áreas rurais vem revelando um comportamento oposto aquele verificado nas áreas urbanas. Assim é que em 1970 as razões de masculinidade para a população total do país foi de 98,2 enquanto para a população idosa urbana e rural foi de 81.6 e 116.0, respectivamente. Para o censo de 1991 estes valores foram de 97.5 para o total e de 78.1 e 113.0 nos casos das áreas urbanas e rurais. Estes indicadores não apenas mostram diferenciações na dinâmica da população idosa mas também diferenciações na dinâmica espacial caracterizada pelos valores observados para as áreas urbanas e rurais resultantes de processos migratórios diferenciais.

Também como evidencia do envelhecimento, pela primeira vez, em 1991 os dados do censo demográfico mostraram que o número de crianças com menos de 1 ano era, para todo o país, inferior aquele registrado no censo de 1980. A Contagem Populacional realizada em 1996 mostrou que o número de crianças com idades entre 0-4 anos era inferior aquele registrado em 1991. Projeções efetuadas evidenciam que esta tendência para o declínio fará com que, provavelmente, em 2010 este grupo etário seja 15% menor que o registrado em 1995. A Tabela 3 mostra os valores mencionados tanto para o país quanto para o estado de S. Paulo. Para o estado constata-se que os dados indicam que a questão migratória está embutida nos totais apresentados. Para o país o processo migratório internacional há muito perdeu seu significado, tanto em termos absolutos quanto relativos.

Tabela 3. Totais da população com um ano de idade e com 0-4 nos censos de 1980 e 1991 para o Brasil e o Estado de S. Paulo.

Censos	BRASIL		SÃO PAULO		% a/b-Br.	% a/b-S.P*
	1 ano (a)	) 4anos(b)	0- 1 ano(a)	0-4 anos(b)		
1980	3 270 527	16 423 700	614 984	3 046 900	19.9	20.2
1991	3 166 295	16 521 114	605 364	3 112 848	19.1	19.4

Fonte-Censos  
Demográficos-IBGE

Em resumo, para o país, é importante considerar que este processo multifacetado do envelhecimento populacional, como o registrado pelos dados apresentados, está ocorrendo diferencialmente num contexto territorial de dimensões continentais conjuntamente com diferenciações regionais marcantes e com problemas sociais diversificados. Isto faz com que a questão emergente do idoso e do envelhecimento assumam, um caráter complexo tanto para os pesquisadores quanto para os tomadores de decisões, particularmente os administradores públicos. Os diferentes valores e as diferentes medidas apontam para a necessidade de mais e melhores considerações sobre a explanação do processo de envelhecimento bem como reflexões sobre o significado deste crescente volume de idosos no país. Crescente volume de dependentes como têm sido considerados ou, uma nova e potencialmente contributiva população para o país?

### **O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL PAULISTA E A QUESTÃO DA ESPACIALIZAÇÃO DOS IDOSOS.**

O estado de S. Paulo representa, no conjunto do país, um espaço seletivamente marcado por variações específicas do comportamento demográfico em termos de fecundidade, mortalidade e migrações. É também seletivamente marcado pelas transformações, particularmente a partir dos anos 60, em termos daquilo que produz, como produz e onde produz.. Estas características, espacializadas de forma diferenciada faz do estado um espaço com significativas diferenciações, como ocorre no restante do país só que, neste caso, num grau de intensidade mais significativo, com velocidades particularmente mais aceleradas e com um grau de proximidade espacial bastante significativo.

O estado de S. Paulo volta, neste final de século, a se constituir em laboratório para a análise de mais uma fase de mudanças em seus comportamentos demográficos. Após, em décadas passadas, ter registrado uma posição de vanguarda quanto as reduções da mortalidade e depois da fecundidade

enfrenta agora outras mudanças igualmente significativas: a da aceleração de seu processo de envelhecimento e do crescimento do número dos idosos. É uma questão nova uma vez que não se trata apenas de simples alteração nas estruturas etárias da sua população mas sim a de uma nova e irreversível mudança de comportamento, pelo menos até as próximas décadas, que chega correlacionada a inúmeros problemas práticos que vão muito além da questão da aposentadoria. Estes problemas compõem um amplo espectro contemplando as necessidades de atendimento deste segmento em termos de saúde, lazer, apoio e porque não considerar, inclusive de trabalho. Cresce significativamente o número daqueles que, situados nesta faixa etária, voltam a buscar uma oportunidade no mercado de trabalho ou, nele estando, retardam seu afastamento.

A evolução destes totais tanto do país quanto do estado conforme registrado na figura 4, exibe a desaceleração do processo de crescimento demográfico de ambas as áreas o que vem resultando, como consequência, nas mudanças da idade mediana da população de ambas. Embora a mensuração -idade mediana- seja um exemplo de medida de tendência central que, de uma certa forma não oferece uma síntese adequada da estrutura de uma população (por considerar a idade central e não considerar as diferentes estruturas etárias existentes abaixo ou acima desta idade) permite, ainda assim, que se obtenha uma imagem das tendências populacionais neste aspecto. O estado apresenta uma idade mediana superior ao país 26.9 e 24.5 respectivamente. Embora esteja ainda distante de valores hoje verificados em países como os Estados Unidos com 35, Alemanha, Bélgica, Grécia, Itália, etc. com 38 as alterações indicam mudanças significativas. Com estas referências temos que considerar que há ainda, para a população do país e do estado, um espaço para o incremento do envelhecimento.

Os destaques apresentados para o estado de S. Paulo na tabela 1 podem agora ser melhor identificados com os registros quantitativos da tabela 4.

Tabela 4 - Participação relativa da população total e com 60 anos e mais do estado no total da população do país e naquela com 60 anos e mais.

Ano	% da pop. total sobre a pop. total do país	% da pop. com 60 anos e + do Est. face a mesma faixa do país.	% da pop. com 60 anos e + no total da pop. do Estado
1940	11.8	17.4	4.1
1950	18.2	17.6	4.4
1960	20.1	18.3	5.2
1970	21.7	18.9	5.8
1980	21.9	21.0	6.3
1991	22.8	21.5	7.7
1995	23.6	22.2	8.9

Fontes- Censos Demográficos-IBGE e PNAD 1995.

Os valores registrados na tabela mostram que, no conjunto do país, o estado vem simultaneamente apresentando um crescimento sustentado tanto no tocante a sua população total quanto daquela com 60 anos e mais. Um aspecto relevante está nos percentuais de crescimento da participação da população idosa no contexto do estado. Entre 1980/91 e entre 1991/96 o crescimento foi da ordem de 22.2 e 15.6% respectivamente. Considerando-se que o Estado representa apenas 2.9% de todo o território nacional, temos um referencial da importância de sua população no conjunto o que se reflete na questão do volume de idosos. Como o mostrado na tabela I, no conjunto do país, o estado detém o maior volume demográfico de idosos embora quanto a participação dos idosos neste mesmo conjunto não assuma a primeira posição. Esta constatação provoca uma questão relevante: a trajetória das mudanças verificadas na estrutura etária do estado o estão conduzindo também para a primazia neste aspecto? Algumas indicadores orientam para uma resposta positiva.

A explanação desta dinâmica do envelhecimento estadual especialmente quanto aos seus diferenciais de espacialização, tanto do ponto de vista quantitativo quanto temporal, é aqui analisada à luz de duas ordens de considerações. Primeiramente as demográficas, envolvendo as razões pelas quais o Estado vem tendo crescente participação no conjunto da dinâmica do país, particularmente quanto aos idosos, a segunda envolvendo a questão dos processos espaciais diferenciados desta dinâmica o que faz do estado um território com diversidades quanto ao seu processo de envelhecimento. A associação entre os dois aspectos se traduz em problemas diferenciados quando se considera a totalidade do estado, a capital, a região metropolitana, as demais regiões e, particularmente, os municípios. Quanto a dinâmica das variáveis que explicam o nível e os comportamentos do envelhecimento embora se possa admitir que exista uma certa homogeneidade quanto aos comportamentos da fecundidade e da mortalidade, o mesmo não pode ser afirmado quanto a dinâmica migratória. O estado apresenta, quer na sua totalidade quer em suas diferentes áreas, variações significativas.

Nas décadas de 50 e 60 eram ainda registradas variações importantes na distribuição espacial da natalidade como consequência das diferenciações da fecundidade em todo o estado. No período

compreendido entre 1980 e 1996 o conjunto do estado passa a apresentar um comportamento significativamente declinante das taxas de natalidade e pequenas variações nas de mortalidade o que, de maneira geral identificavam, quanto aos comportamentos, similitude com as taxas nacionais embora a níveis mais baixos. Neste período, para o estado, as taxas de natalidade apresentaram variações de 28.8 para 20.2 e as de mortalidade de 13.6 para 10.7. Decompondo-se estas taxas para as diferentes Regiões Administrativas nas quais o estado está organizado verificou-se que, para a Região Metropolitana de S. Paulo elas variaram de 30.1 para 21.9 e de 12.8 para 11.3, respectivamente a de natalidade e a de mortalidade. Registre-se que estes valores, como aqueles da natalidade em 1980, representam a terceira posição no conjunto das 15 regiões administrativas existentes.

Com relação à mortalidade a região metropolitana apresentou, para 1996, a taxa de 21.9 que foi a mais elevada dentre todas as demais regiões. A Região Metropolitana registrou, inclusive, valores superiores aqueles constatados para a região de Registro que é a menos desenvolvida do estado em termos econômicos, sociais e espaciais. Entretanto, conforme registrado na figura 1, estas diferenciações não chegam a introduzir alterações significativas nos comportamentos do crescimento natural para o conjunto do estado. De uma maneira geral a mortalidade para o estado, já em níveis bastante baixos, não oferece evidências de que vá se alterar positivamente. O crescimento da mortalidade, daqui para frente, será devido ao aumento da mortalidade dos idosos cujos totais vem aumentando ininterruptamente como produto da ampliação da esperança de vida em todas as idades. Esta situação mostra que as diferenciações atuais no processo de crescimento da população idosa decorrem, de um lado de diferenciais, nos comportamentos da natalidade e da mortalidade gerados no passado de outro, do papel dos processos migratórios que, embora variados em termos de quantidade continuam a estar presente de diferentes maneira para o conjunto do estado.

A migração no contexto da análise da população idosa tem um duplo papel. De um lado por gerar um crescimento populacional de forma rápida incluindo-se a importação que ocorre de comportamentos demográficos, especialmente de natalidade ou, no caso da saída de pessoas (o que vem ocorrendo nos pequenos municípios do estado) pelo redução do totais populacionais. De outro porque sendo ela seletiva, especialmente quanto a idade, acaba por alterar estruturas etárias originais, muitas vezes, de forma bastante significativa. As figuras 5 e 6 mostram os perfis das estruturas sexo-idade da população migrante interestadual e não migrante em 1970 e 1995. A análise comparativa entre ambas as populações e nos dois momentos revela a importância da consideração dos migrantes em vários aspectos da dinâmica demográfica, especificamente na estrutura etária da população. Assim é que enquanto a população natural do estado revela um perfil esperado de uma população fechada ou seja declínio dos totais segundo os comportamentos da natalidade e mortalidade em diferentes coortes temos, no caso da migração, uma inversão centrando as idades mais significativas entre 25-44 anos. Os migrantes, considerando-se seus volumes, influem, diversamente e de imediato nas alterações e, pelos efeitos da inércia, em situações futuras.

No estado de S. Paulo as migrações têm tido importante papel ao longo de toda sua história. Do final do século passado até os anos 30 deste século o intenso processo de difusão da cultura cafeeira no estado, associado à expansão ferroviária, foram os provocadores de intensa mobilidade da população. Ultrapassada a fase da expansão cafeeira outras motivações sócio-econômicas, particularmente o início do processo de industrialização, continuaram a justificar a dimensão migratória como relevante para a compreensão de sua dinâmica populacional. É desta época o crescimento das migrações "rural-urbana" que fizeram com que o estado, já em 1970 tivesse 80.4% de sua população nas áreas urbanas valor este que é alterado no censo de 1991 para 93% enquanto para o país, nesses mesmos momentos, estes percentuais eram, respectivamente, de 56% e 75%. Tivemos períodos com valores crescentes, outros decrescentes mas, de uma forma ou de outra, constata-se que as migrações têm marcado a evolução demográfica do estado quer em seus aspectos quantitativos quer nos qualitativos. No período compreendido entre 1970/80 o saldo migratório líquido foi superior a 3 milhões de habitante mas, no período subsequente, 1980/91 este saldo foi reduzido a apenas, 587 mil pessoas a custa de uma diminuição das migrações, especialmente de nordestinos, para o estado. Segundo resultados agora divulgados para a Contagem Populacional de 1996 há, no contexto do país, uma redução generalizada nos processos migratórios em todas as áreas e, embora a região Sudeste e dentro dela o estado de S.Paulo continuem a ser centros de atração de migrantes o contingente de migrantes de outras regiões continua a mostrar números declinantes. O estado embora ainda apresente um saldo migratório positivo mas, no conjunto é o que mostra o maior volume de migrantes de retorno.

Entretanto se as migrações interestaduais vem exibindo o declínio indicado, aquelas originadas dentro do próprio estado vem crescendo significativamente. Segundo o censo demográfico de 1980 o estado registrou um total de 13.233.537 pessoas dele naturais mas não naturais do município onde residiam o que representa 53% da total da população. Em 1991 estas valores passaram para 14.393.397 com 46.0% do total. Este processo migratório seletivo envolvendo cidades privilegiadas quanto aos tamanhos populacionais associados aos níveis de desenvolvimento e de ofertas de oportunidades contrasta com o que está ocorrendo com as pequenas cidades, particularmente aquelas com 20.000 habitantes ou menos. Ambas as categorias exercem influências quanto as alterações nos tamanhos das populações de uma maneira geral e naquela dos idoso em particular apresentando significativas diferenciações no processo do envelhecimento em diferentes regiões do estado. As tabelas 5 e 6 mostram o caráter dissimétrico da distribuição da população idosa no estado bem como alguns exemplos dos diferentes níveis de participação relativa daquelas com 60-69 e 70 anos e mais em alguns municípios selecionados.

Tabela 5- Distribuição da População Total, 60-69 anos, e 70 anos e + no estado de S. Paulo em 1970 e 1991.

1970- UNIDADES	POP. TOTAL	60-69 ANOS	70 ANOS e +
Estado	17 771 948	668 377 (3.8%)*	361 228 (2.0%)
Reg. Metro. S. Paulo	8 139 730	300 571 (3.7)	157 643 (1.9)
Cid. De S. Paulo	5 924 615	235 222 (3.8)	125 093 (2.1)
Interior estado	9 632 218	367 806 (4.0)	203 585 (2.1)
1991-			
Estado	31 588 925	1 503 543 (4.7)	933 928 (2.9)
Reg. Metro. S. Paulo	15 444 941	684 503 (4.4)	405 373 (2.6)
Cid. S. Paulo	9 646 185	482 098 (5.1)	296 230 (3.3)
Interior estado	16 143 9894	819 040 (5.0)	528 555 (3.3)

Fonte- Censos Demográficos, IBGE- 1970 e 1991.

\*Os valores entre parêntesis referem-se a participação das respectivas populações nos totais das diferentes unidades territoriais.

Tabela 6. Municípios do estado de S. Paulo: participação relativa das populações com 60-69 anos, 70 anos e + e 60 e +, nos respectivos totais populacionais.

Municípios	Pop. 60-69 anos	Pop.70 anos e +	Pop.60 anos e +
Campinas	4.8%	3.1%	7.9%
Rib. Preto	5.2	3;4	8.6
Rio Claro	6.3	4.4	10.7
Caraguatatuba	4.5	2.6	7.1
Amparo	6.0	4.5	10.5
Ag. de Lindoia	6.3	4.4	10.7
Ibirá	7.4	4.5	11.9
Ag. da Prata	7.9	5.2	13.1
Murutinga do Sul	7.6	5.3	12.9
Óleo	6.6	5.3	11.9
Ag. de S. Pedro	8.8	7.6	16.4

Fonte- Censos Demográficos, IBGE- 1970, 1991.

Os valores registrados na tabela 5 mostrando a distribuição da população do estado em quatro unidades territoriais: o estado, a Região Metropolitana de S. Paulo, a capital S. Paulo e o restante do interior mostra um relativo equilíbrio entre a área metropolitana e o interior do estado tanto em 1970 quanto em 1991. No caso do total populacional a participação da cidade de S. Paulo na região metropolitana apresenta valores de 72.8 e 62.4% para 1970 e 1991 o que evidencia algum declínio da capital na composição da população regional. Para a população com 60-69 e 70 anos e +, embora declinante, os valores tanto para 1970 quanto para 1991 são superiores aqueles verificados no interior. Estes valores mostram aspectos da perda de importância demográfica da capital paulista. Todavia, com relação ao envelhecimento seu caráter é ainda predominante. Isto significa que no estado a capital é que apresentará crescimento do número de idosos de forma mais significativa.

A tabela 6 deve ser analisada como um detalhamento da anterior. Nesta a imagem obtida decorre do processo de desagregação de valores apresentados na tabela anterior. Este é um procedimento relevante para a análise da espacialização dos idosos uma vez que, enquanto na tabela 4 é apresentada a imagem de uma certa homogeneização, nesta a desagregação permite identificar diferenciações significativas. Esta tabela permite descobrir uma outra realidade quando da desagregação da informações para os níveis municipais. O primeiro aspecto relevante está na grande diferenciação entre os valores extremos quanto a participação da população com 60 anos e +. Os valores variam de 7.1 a 16.4%. Um segundo, a ser observado está no fato de que os municípios com maior tamanho populacional são aqueles que, apesar do volume demográfico, exibem menor participação do segmento da população idosa. Em outro extremo temos os pequenos municípios com participação mais significativa. Nestes é interessante destacar que de um lado temos aqueles denominados de “estação de águas” com fortes evidências de envelhecimento demográfico pela atração que exercem sobre este segmento populacional e, em muitos deles, pela função de 2<sup>a</sup>. residência que é um fato marcante. Ao lado destes outros, diversos em termos de suas atividades principais, também exibem uma tendência acentuada para o envelhecimento. No primeiro caso temos Águas de S. Pedro, Águas de Lindoia, Ibirá, Águas da Prata. No segundo Murutinga do Sul, Óleo, Mendonça e tantos outros. Tendo como pressuposto uma relativa homogeneidade dos comportamentos de natalidade e mortalidade em todo o estado é, certamente é a variável migratoria a explicadora das diferenciações observadas. Estas tendências mostram as características indicadoras do futuro para o estado em termos da capital, região metropolitana e interior bem como, dos pequenos e grandes municípios. Em resumo, estas evidências chamam a atenção do pesquisador sobre a necessidade de, analisar a questão do envelhecimento em nível micro (municípios), visando buscar a identificação das regiões de população idosa no estado o que na prática, como o indicado, não coincidem com as regiões já estabelecidas.

Mapeamento elaborado para os censos de 1970, 1980 e 1991, relativo a participação da população com 60-69 anos segundo as microrregiões homogêneas, oferece a imagem de síntese dos processos demográficos ocorridos que exibem, em diferentes momentos, as formas da espacialização do envelhecimento no estado. De uma maneira geral, entre 1970 e 1991 passa-se de uma situação de predominância de regiões com participações oscilando entre 3.1 e 4.6 sobre a população total para as mudanças exibidas em 1980 que culminam, em 1991, com uma predominância quase total das regiões com taxas variando entre 4.6 e 6, sendo que uma delas, a de Jaú passa a constituir-se sozinha naquela de taxa mais elevada de participação. É interessante observar que nenhuma das regiões apresentou qualquer redução em termos de comportamento do envelhecimento além do fato de que a porção leste do estado, na qual encontra-se a capital paulista e a região metropolitana, permaneceu em níveis mais baixos que o restante do estado. Neste caso o crescimento dos totais da população auxilia na justificativa da situação encontrada.

Estes aspectos guardam relação com a datação do processo inicial de alterações dos comportamentos da população idosa. A dinâmica da população paulista está mudando e vai mudar ainda mais nos próximos vinte anos alterando outra vez o perfil demográfico do Estado. Estas mudanças geram vários tipos de alterações, especialmente espaciais, ao mesmo tempo em que impõem a busca de uma visão mais realista deste perfil visando identificar e solucionar questões emergentes e minimizar os problemas que deverão ser enfrentados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

O país como um todo está em pleno processo de envelhecimento e, o estado de S. Paulo, no contexto nacional do envelhecimento está emergindo como uma área com importantes diferenciais internos quanto a este processo. Contudo, em seu cotidiano está revelando, de uma maneira geral, um perfil de quem não está cuidando adequadamente desta nova dimensão em sua demografia. Este é um aspecto importante uma vez que esta inovação veio para ficar ou seja, daqui para frente cada vez mais menos seremos um país e um estado de população jovem.

A questão do envelhecimento e do idoso tem várias dimensões, tanto acadêmico-científica quanto prática. Analisando-as vemos que os estudos envolvendo este processo ainda não têm merecido a atenção necessária. Isto pode ser justificado de várias maneiras: pela escassez ou inadequação dos

dados, especialmente aqueles de fontes não oficiais, pelo caráter de novidade do evento, afinal há trinta anos atrás, no início dos anos 60, tanto o país quanto, particularmente, o estado eram áreas de jovens com significativa taxa de crescimento e menos pela perspectiva negativa com a qual os idosos são considerados especialmente quanto aos gastos públicos.

Passadas três décadas começamos a nos converter em um país, demograficamente, direcionado para o envelhecimento e o que é relevante com um volumoso contingente populacional. Estes registros mostram também que o intervalo de tempo que medeia entre a situação de um estado de população jovem e aquele com dominância de idosos é pequeno, inferior a vida de uma geração. Isto significa muito pouco tempo para muitas mudanças que ocorrerão. Assim, a realidade do envelhecimento que começamos a enfrentar exige que uma série de questões sejam consideradas de imediato tanto para os pesquisadores quanto para os tomadores de decisões:

1. Academicamente é importante considerar o amplo espectro de questões que balizam o estudo do idoso e do envelhecimento. Uma das mais relevantes está no próprio conceito de idoso que é bastante impreciso por que fundamentado apenas na delimitação estabelecida com base em um “momentum” ou seja, o limiar de 60 ou 65 anos. Entretanto, é importante considerar que a rápida expansão do número da população idosa tem produzido inúmeras consequências geradoras de alterações nas realidades envolvendo esta classe de pessoas. Assim conceitos devem ser reelaborados considerando-se novas dimensões diante de um fenômeno que tem se tornado marcante e sem precedentes históricos no contexto da evolução da população do país. É indispensável destacar que as buscas por novas conceituações necessitam contemplar duas dimensões: a quantitativa e a qualitativa. No primeiro caso elas necessitam considerar medidas envolvendo diferenciações dentro deste próprio grupo de idosos como aquelas envolvendo os grupos com 75 ou 80 e mais anos e as relações entre os idosos e aqueles que compõem as demais faixas etárias como as crianças, os jovens e os adultos. Isto significa que importa considerar as mudanças da estrutura etária em vários níveis e não apenas envolvendo o nivelamento do contingente populacional com 60 anos e mais. Assim como as atuais estruturas etárias resultam de dinâmicas passadas as atuais dinâmicas determinarão a velocidade e o tamanho do envelhecimento em futuro próximo. Esta ampliação nas mensurações quantitativas demandam outras que necessitarão ser criadas de tal sorte a permitir melhor avaliação deste segmento populacional.

Ainda nesta perspectiva acadêmica há que se considerar que a compreensão da dinâmica integral dos idosos e sua descrição impõem a consideração de aspectos interrelacionados envolvendo outras dimensões como as econômicas, culturais, de saúde e, especialmente, as sociais. Isto implica na geração de medidas de síntese que considerem além das simples faixas etárias.

2. Numa perspectiva prática e aplicada, especialmente em termos de ações de governo no âmbito da administração pública, o envelhecimento populacional necessita tornar-se tema prioritário. Considerar diferentes aspectos significativos para a compreensão e as tomadas de decisões com relação a população idosa é indispensável. Os mais relevantes são os seguintes:

2.1. O caráter diferencial dos estados brasileiros, em termos de desenvolvimento sócio-econômico fazendo com que o envelhecimento assuma, espacialmente, diferentes significações quando consideramos por exemplo a região Nordeste, o Sul ou o Centro Oeste. Os números apresentados exibiram diferentes universos de espacialização do processo de envelhecimento o que é importante quando consideramos os diferenciais do desenvolvimento e de distribuição espacial da renda no país. No caso do estado de S.Paulo, apesar de sua condição de estado desenvolvido no contexto do país, ainda assim as repartições da renda e dos benefícios são também muito desiguais internamente. Isto já afeta e afetará de forma mais significativa no futuro, os idosos residentes em áreas menos desenvolvidas. A situação se agrava quando verificamos existência de municípios em processo de envelhecimento mais acelerado situados em regiões menos desenvolvidas. Em 1970 a população idosa estadual representava 5.8% do total e em 1991, este percentual passa a 7.7 o que significa um acréscimo de 32.8% entre os dois valores.

Outro aspecto relevante está no quase encerramento do processo de urbanização para a maioria dos estados brasileiros. No caso do estado de S.Paulo temos, na atualidade, uma situação de perda absoluta do significado da população rural. Ora este é um elemento relevante para reflexão uma vez que a urbanização representa muito mais que simples transferências de pessoas. Ela envolve mudanças nas condições sócio-econômicas, nos estilos de vida e nas oportunidades em geral. A urbanização foi, por exemplo, nas áreas mais desenvolvidas, fator do declínio da fecundidade. Nesta circunstâncias teremos famílias muito menores quanto ao número de filhos. Esta situação implicará em problemas, como pontua Marks (1993), envolvendo inúmeras questões e dentre elas a identificação sobre quem cuidará deste crescente contingente de idosos. Além disto as permanentes migrações dos filhos mais jovens implica no isolamento dos mais velhos. Esta constatação impõe a necessidade de iniciativas visando o estabelecimento de políticas nesta direção.

2.3. a mudança em direção ao envelhecimento gera efeitos consideráveis e demandas muito específicas quanto ao financiamento de políticas sociais especialmente quanto a sustentação e o financiamento dos setores de saúde e da previdência social, no caso consideradas as aposentadorias e pensões. No momento a seguridade social representa um dos graves problemas enfrentados pela administração pública em todos os níveis;

2.4. o agravamento das relações entre a população idosa inativa e a população adulta e mais jovem vem evidenciando o surgimento de problemas quanto às razões de dependência dos idosos e questões práticas quanto à sustentação desta população;

2.5. o estado de S. Paulo, objeto mais detalhado da pesquisa, vem apresentando uma redução em seu crescimento demográfico, mas este ainda continua, de forma crescente. Em 1980 a população do estado representava 21% do total do país passando 22% em 1991 enquanto a população com 60 anos e mais alterou esta mesma participação de 3,2 para 7.7 Considerando-se que o estado apresenta, no contexto nacional, as mais baixas taxas de fecundidade que poderão declinar mais ainda em futuro próximo teremos a aceleração, ainda de forma mais significativa, de seu processo de envelhecimento. Esta tendência que é crescente e irreversível coloca o estado como o espaço por excelência do envelhecimento tornando-o assim no laboratório no qual esta questão poderá melhor ser estudada.

2.6. associado a isto é também o estado de S. Paulo que apresenta, face aos demais, uma particularidade caracterizada pelo fato de, nas décadas de 60 e 70, ter recebido forte contingente de migrantes, principalmente da região Nordeste do país. Estes números não só alteraram os totais populacionais como também geraram, de forma imediata, mudanças significativas na estrutura etária as quais, por sua vez, afetarão as futuras estruturas;

2.7. embora o processo migratório interestadual tenha, na última década e na atual, sido substancialmente reduzido o estado, passou, a contar com uma nova modalidade de migração interna: a migração intra-estadual. Em decorrência dos diferenciais internos do desenvolvimento sócio econômico observados algumas regiões e, especialmente algumas cidades, passaram a ser objeto do desejo para os nascidos no próprio estado. Com isto a migração interna tem se intensificado gerando, em consequência, uma aceleração do crescimento demográfico de muitas cidades como Campinas, Ribeirão Preto, Santos, etc.. Em decorrência do caráter seletivo quanto a idade, esta modalidade migratória tenderá, em futuro próximo, a gerar um aumento significativo do número de idosos em cada uma delas. Isto já ocorre na capital do estado. Em contrapartida as pequenas cidades, com até 20 mil habitantes que, inclusive, têm apresentado perdas absoluta de população e consequentemente redução em suas taxas de crescimento, passam a ser aquelas que, de imediato, apresentam índices de envelhecimento mais significativos bem como um crescimento na razão de dependência dos idosos;

2.8. As grandes cidades do país, especialmente as capitais dos estados e aquelas e aquelas das regiões metropolitanas, ao contrário, continuam a apresentar um crescimento da população idosa o que revela uma dimensão particular quanto à qualidade de vida do idoso, no contexto de cidades complexas que já exibem múltiplas carências para toda a população e não apenas para os idosos;

2.9. como consequência deste processo de envelhecimento o Brasil como um todo e o estado de S. Paulo em particular, vivem um processo de transição epidemiológica quando doenças que respondiam, de maneira significativa, pelas taxas de mortalidade perderam sua primazia e estão sendo substituídas por outras. Esta é situação das moléstias infecto-contagiosas hoje substituídas pelas cardíacas, neurológicas ou o câncer. Isto impõe significativas reorientações em todo o serviço de saúde com fortes implicações em seus custos;

2.10. o país como um todo se vê diante do grave problema caracterizado pela Previdência Social envolvendo as aposentadorias e pensões. O Congresso Nacional aprovou em janeiro de 1998, após mais de 5 anos de estudos, mudanças substantivas nesta direção estabelecendo que, doravante, as aposentadorias somente serão concedidas associando-se dois parâmetros: idades ( 60 e 55 para homens e mulheres respectivamente) e tempo de contribuição ( 35 e 30 anos, respectivamente para homens e mulheres) Contudo, considerando que os jovens iniciam muito cedo no mercado de trabalho estas mudanças trarão sérios problemas. De um lado forte redução na oferta de postos de trabalho e de outro, pela ampliação significativa do tempo de trabalho, regra geral mais do que aquele estabelecido pela nova lei. Além disto a nova legislação introduziu também mudanças quanto aos valores a serem pagos o que pode propiciar ainda mais perda do poder aquisitivo da população idosa. Isto, de uma certa forma, gerará um contingente de idosos mais pobres e com renda per capita mais baixa. O resultado certamente se converterá num problema potencialmente explosivo em um futuro próximo.

Além destes problemas mais específicos, outros envolvendo dificuldades nas relações entre gerações mais velhas e mais novas começam a exibir questões específicas. Os serviços de assistência social aos idosos, e especialmente quanto a moradia, mesmo no estado de S. Paulo, são bastante precários o que torna o idosos, em vários aspectos, mais vulneráveis e marginais na sociedade.



Em resumo os brasileiros e os paulistas em especial, estão vivendo mais anos, tendo menos filhos e consequentemente famílias menores fazendo , aumentar, mais rapidamente, o número idosos. Este conjunto traz problemas e desafios para a academia, para governos em seus vários níveis e, para a sociedade em geral. Urge inclui-los na pauta do cotidiano destas diferentes instituições se desejamos, para os idosos, um futuro um pouco melhor do que aquele que tiveram a maioria de nossas crianças no período de “explosão da fecundidade” .

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

Bercovich, A.M. ( 1993) Características regionais da população idosa no Brasil, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 10(1-2):125-143.

Horiuchi, S. & Samuel H. Preston ( 1988). Age-Specific Growth Rates- The Legacy of Past Population Dynamics- Demography 25(3): 429-441.

Marks, N. F. (1993). Caregiving Across the Lifespan: A New National Profile. A National Survey of Families and Households- NSFH Working Paper No. 55. Center For Demography and Ecology, University of Wisconsin-Madison.-

U.S. CENSUS BUREAU ( 1996). Global Aging Into the 21st Century. Washington, D.C.

*USA*